

Relendo algumas notas de Gramsci: contribuições para pensar a crise política no Brasil

Giovanni Semeraro*

Desde os anos 60, Gramsci tem sido um dos principais autores que inspiraram a renovação do marxismo, a resistência dos movimentos populares à ditadura militar e a formação de organizações políticas no processo de democratização do Brasil. Diversas categorias do seu pensamento, como “revolução passiva”, “transformismo”, “Estado ampliado”, “guerra de movimento/guerra de posição”, “nacional-popular”, “hegemonia” etc têm servido frequentemente de base para interpretar a história e a política do Brasil. Mas, nos seus escritos há também um conjunto de reflexões que retratam situações muito próximas da crise econômica e política que afeta atualmente o Brasil. Entre outros aspectos, de fato, a obra de Gramsci, escrita entre as duas grandes guerras do século passado, se caracteriza pela análise da “crise orgânica” da sociedade burguesa, pela busca das razões da derrota do movimento revolucionário e pelas novas possibilidades que se abrem às “classes subalternas” em circunstâncias históricas cruciais. Partindo deste pano de fundo, nessas poucas páginas abordaremos a situação política atual do Brasil levando particularmente em conta as notas sobre *os partidos políticos nos períodos de crise orgânica* (Q13, § 23) e sobre as modernas formas de *cesarismo* (Q13, § 27) ¹.

1. O fim de um ciclo político

Há pouco mais de dois anos, em junho de 2013, às vésperas da Copa das Confederações, eclodiram no Brasil gigantescas manifestações que ocuparam praças e ruas de mais de 300 cidades colocando à descoberto a crise profunda que estava latente no país. Nos cartazes, nas palavras de ordem e na simbologia utilizadas os manifestantes expressavam sua revolta frente à retração do crescimento e às demandas básicas não

* Professor de Filosofia da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Núcleo de Filosofia, Política e Educação (Nufipe). Autor de vários livros e artigos e pesquisador do CNPq.

¹ Gramsci, A., *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana, 4 vols, Torino, Einaudi, 1975. No corpo do texto, esta obra é citada com o símbolo Q, seguido pelo número do caderno, pelo número do parágrafo e da página da edição italiana, dados que permitem a localização na edição brasileira.

atendidas, enquanto investimentos vultosos eram aplicados em obras superfaturadas para garantir ao mundo o espetáculo de futebol orquestrado pela FIFA. Desencadeadas pelas redes sociais de forma “espontânea” e aparentemente caótica, aquelas mobilizações de massa, com suas mais variadas formas de protesto, reivindicavam o “padrão Fifa” para os serviços públicos e bradavam contra a corrupção, a precariedade do trabalho e a perda de poder aquisitivo. A explosão repentina, que atraiu no seu vórtice uma multiplicidade de interesses até contrapostos e uma mistura de grupos sociais, era, na verdade, a expressão de “toda uma série de questões que vinham se acumulando de forma molecular” (Q 15, §59, p.1824) em um país cujo governo não representava mais um projeto aglutinador e consensual. Um quadro muito parecido é retratado por Gramsci quando descreve aspectos de “crise orgânica” que se manifesta “1) porque grandes massas, antes passivas, entram em movimento, mas em um movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque as classes médias [...] ficam desempregadas, mesmo após ter feito um aprendizado [...]; 3) porque as forças antagônicas foram incapazes de organizar a seu favor esta desordem de fato” (Q 7, §80, pp. 912-913).

Tomadas de surpresa e atordoadas, as autoridades procuraram contornar a revolta popular, no início recorrendo à repressão e depois metabolizando algumas demandas com medidas paliativas e promessas genéricas de reformas. Sem ver nenhum efeito real, as pressões voltaram a aparecer depois das eleições de 2014. Desde o final do ano passado, de fato, quando Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), se reelegeu Presidente da República com uma margem muito apertada de votos, a sociedade apareceu nitidamente dividida e a população foi se dando mais conta da gravidade da crise que atingia o Brasil. Além dos problemas econômicos e políticos, à sua dramaticidade contribuíram os numerosos casos de corrupção revelados pela “Operação Lava-Jato”, desencadeada pela Polícia Federal e o Ministério Público a partir da descoberta de um esquema de propina que atuava na Petrobrás, estratégica empresa estatal por seus elevados ganhos e investimentos. Uma impressionante lista de políticos de diversos partidos (inclusive ministros e os presidentes da Câmara e do Senado) e de funcionários, subornados por grandes construtoras e empresas privadas, tem chocado a população, colocando à mostra não apenas o clima de impunidade reinante no país e o rombo assustador nos cofres públicos, mas, acima de tudo, a cultura predatória que grassa em muitos setores da sociedade e a ausência de uma democracia efetiva devido ao poderio dos grandes grupos econômicos. No mesmo período, a “Operação Zelotes”, promovida pela Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a

Corregedoria do Ministério da Fazenda, desvenda um esquema de sonegação de tributos, que inicialmente amontava a mais de R\$ 20 bilhões, fraudados no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), onde eram vendidos serviços de redução ou desaparecimento de débitos de bancos e de grandes empresas (como, por exemplo, Santander, Bradesco, Gerdau, RBS-afiliada da Rede Globo etc). A esses dados veio se acrescentar uma lista de contas secretas na filial suíça do banco HSBC, divulgada pelo WikiLeaks, na qual aparecem 8.667 brasileiros que evadiram do país consideráveis divisas não declaradas.

Envolvido nos escândalos de corrupção, o PT, que chegou a arrancar um quarto mandato com muito malabarismo eleitoral, viu esse resultado tornar-se uma “vitória de Pirro”. Para garantir um mínimo de governabilidade, de fato, o governo da Presidente é obrigado a montar um duro ajuste fiscal em total contradição com as promessas de campanha e a fazer enormes concessões aos partidos aliados, a maioria dos quais com posições totalmente opostas ao seu programa. Desta forma, com a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado nas mãos do PMDB (maior partido fisiológico), a base de sustentação parlamentar passou a votar pautas oportunistas e reacionárias e a aprofundar ainda mais a crise que assola o país. Mas, o maior desastre do PT tem sido a perda de credibilidade em amplos setores da sociedade, o abandono de muitos militantes, de organizações populares e de intelectuais decepcionados com a falta de coerência e a desvirtuação do partido. Assim, já se passou mais de um ano sem que o país tenha uma força hegemônica capaz de aglutinar o consenso, dar unidade e direção política à nação, originando um vácuo perigoso que gera incertezas, descontrole social e o crescimento de aventureiros e predadores. Valendo-se da “crise de comando e de direção na qual o consenso espontâneo sofre uma crise” (Q 4, §48, p. 476), as maciças investidas do capital financeiro, da mídia empresarial e da direita, inconformados com a quarta derrota nas eleições e com os gastos sociais, desferem ataques sem tréguas para desqualificar o PT e avançar propostas de *impeachment* e de renúncia da Presidente. Até agora, sem êxito por este caminho arriscado que pode representar uma ruptura institucional e se configurar como “golpe branco”, as forças de oposição continuam a sangrar o governo, impondo-lhe uma dura agenda neoliberal, de modo a preparar o terreno para uma vitória esmagadora nas próximas eleições, seja nas prefeituras, em 2016, como nas eleições estaduais e nacionais, em 2018.

Vale também observar que, nesses últimos anos, a situação no Brasil foi se agravando devido ao prolongado período de estiagem que afeta a agricultura e o sistema

hídrico de regiões estratégicas e a um conjunto de fatores externos, como a crise econômica mundial, o protecionismo praticado pelos Estados Unidos e a União Europeia, a retração do crescimento da China e da Rússia e o esfacelamento de parceiros comerciais no Oriente Médio e na África. A esses ingredientes é preciso acrescentar o encolhimento dos partidos de esquerda que ocorre no mundo e o desgaste dos governos progressistas na América Latina articulados em torno de projetos como o MERCOSUL, a UNASUL, a CELAC, a ALBA, contrários aos interesses dos Estados Unidos. Ainda que significativos, no entanto, esses fatores não isentam de responsabilidade pelos erros de estratégia política e de condução da economia, pela acomodação e omissão, pelo envolvimento em atos de corrupção e pelo aparelhamento do Estado praticados pelo PT. Uma aglutinação política que marcou a história do Brasil nos últimos 35 anos, mas, que agora não consegue mais “fazer avançar realmente a sociedade inteira, atendendo não só às suas exigências existenciais, mas, ampliando continuamente os próprios quadros para a contínua conquista de novas esferas de atividades econômico-produtivas” (Q 19, §24, 2012). Desta forma, “voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar” (Q 13, §23, p.1604). Hoje, de fato, é avaliação praticamente unanime que o ciclo do PT, dominado pelo corporativismo e entrincheirado no que resta do poder governamental, caminha para o declínio porque perdeu a capacidade de criar uma “unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas de intelectuais e massas populares, entre governantes e governados” (Q 13, §36, p. 1634). Em 1930, no cárcere fascista, Gramsci, alertava que: “Negligenciar e até desprezar os movimentos considerados ‘espontâneos’, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política, muitas vezes, pode trazer consequências muito sérias e graves. Quase sempre, acontece que a um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas se segue um movimento reacionário da direita da classe dominante, por motivos concomitantes: uma crise econômica, por exemplo, determina descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa e, por outro lado, determina complôs dos grupos reacionários que se aproveitam do enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes desses golpes de Estado deve ser posta a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente às mobilizações espontâneas de modo a torná-las um fator político positivo” (Q 3, §48, p.331).

Desde 2003, quando ganhou a Presidência da República e o governo de importantes cidades e Estados do país, o PT foi se firmando no poder graças a uma conjuntura econômica externa favorável e a alguns programas sociais que lhe

asseguraram o apoio popular. Mesmo durante os anos da grave crise que explodiu no mundo em 2008, medidas internas anticíclicas conseguiram evitar a erosão dos salários e dos empregos. Mas, ao longo dos seus mandatos, o partido que na sua formação havia se notabilizado por um “novo modo de fazer política” e um processo singular de participação popular, foi perdendo essas características, se acomodou e passou a adotar posições ambíguas. De fato, conduzindo uma administração contraditória, procurou promover o público com o favorecimento de interesses privados; multiplicou políticas assistencialistas sem deixar de enriquecer a elite e propiciar exorbitantes lucros dos bancos; impulsionou o setor primário-exportador com uma enorme produção de *commodities* ao preço de um elevado grau de poluição e de intenso uso de agrotóxicos; aliviou a miséria dos setores mais abandonados com programas de “bolsas”, aumentou o salário mínimo, abriu linhas de crédito e o acesso à universidade, mas não diminuiu a desigualdade porque evitou realizar as transformações substantivas: a reforma agrária e urbana, a reforma política e tributária, a auditoria da dívida pública e do sistema financeiro, a democratização dos meios de comunicação e a repartição equitativa das riquezas produzidas coletivamente. Sem combater os mecanismos que reproduzem a concentração das riquezas e sem promover uma “elevação intelectual e moral” das classes populares que as coloque em condições de exercer a sua soberania não há como chegar a uma sociedade efetivamente justa e democrática.

A soberania de um país, de fato, não consiste apenas em combater a pobreza, aumentar a produção e ter cidadãos funcionais ao sistema, mas, depende essencialmente da capacidade de autogoverno e da socialização da política e dos bens comuns, os direitos mais fundamentais de todos, sem os quais nenhum povo se constitui como sujeito livre e respeitável. É este o sentido mais profundo que Gramsci confere à democracia quando a define como o sistema que deve favorecer a passagem dos cidadãos da condição de governados a governantes, da posição de dirigidos a dirigentes (Q 8, §191, p.1056).

Ao se compor com grupos sociais e econômicos que não têm nenhum compromisso nacional-popular e encaminhar projetos de caráter desenvolvimentista para realizar “o que é possível dentro do modelo capitalista”², a administração do PT continuou a permitir a concentração de riquezas e de terras nas mãos de poucos, a escancarar indiscriminadamente as portas para investidores e importações e, por incrível

² Boito, A., *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*, São Paulo, FGV / EESP, 2012.

que pareça, a aumentar o débito na sua conta corrente, devido a um superávit primário absurdo que estabelece juros estratosféricos e instaura um dos mais perversos mecanismos de transferência de renda do trabalho para a especulação financeira.

Na verdade, tanto o governo conciliatório de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) como o centralismo gerencial de Dilma Vana Rousseff (2011-), que chegou até tentar (sem êxito) uma redução dos juros e dos lucros dos bancos³, acabaram cedendo à típica fórmula da “convivência das classes” que não compromete a estrutura socioeconômica e da “miscigenação” da política que caracteriza a história do Brasil. Um fenômeno que Francisco de Oliveira retrata como a produção de um “ornitorrinco”⁴ porque procura combinar capitalismo selvagem com benefícios sociais paternalistas, assegura a reprodução controlada da desigualdade e naturaliza as contradições de uma “esquerda que governa com a mão direita”. Mas, chegar ao poder governamental com o voto popular e continuar a reproduzir o sistema vigente, torna-se particularmente fatal para a esquerda. Neste sentido, o “lulismo”⁵ e a transformação do seu governo em “partido estatal-bonapartista” (Q 3, §119, p. 388) acabou operando um distanciamento entre sociedade política e sociedade civil, a desmobilização dos movimentos populares e, mais do que uma “revolução passiva à brasileira”, uma “conciliação ilusória” de interesses antagônicos.

Gramsci, de fato, ainda que nos processos de “revolução passiva” reconheça a ocorrência de “modificações moleculares” (Q 15, §11, p.1767) e elementos “relativamente progressivos”, não deixa dúvida quanto às tentativas de conciliar o inconciliável. Tais ensaios, de fato, são “criações inorgânicas, porque voltadas a conciliar interesses opostos e contraditórios; a sua ‘historicidade’ será breve porque a contradição aflora em cada acontecimento de que se fizeram instrumento. A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, antes, é a própria teoria das contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, mesma as desagradáveis e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e tanto mais de si mesmas” (Q 10, §40, p. 1320). Um alerta nesta direção havia sido lançado, entre outros, por Carlos Nelson Coutinho

³ Singer, A., “Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, São Paulo, *Novos Estudos/Cebrap*, n. 102, julho de 2015, p.47ss.

⁴ Oliveira, F., de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo, 2003.

⁵ Singer, A., *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

quando, em 1999, face à crise já em curso, chamava a atenção sobre a diferença entre “reformismo social-democrático” domesticado pela ordem estabelecida e “uma estratégia reformista-revolucionária que mantenha a superação do capitalismo como objetivo, que conceba o socialismo como meta final de uma *época histórica* assinalada por profundas e progressivas reformas de estrutura”⁶.

2. As razões da crise

Seja qual for a análise que venha a se traçar do governo petista, fato é que o Brasil que, entre 2004 e 2012 chegou a crescer 5% em média e a se afirmar como a 5ª economia mundial, hoje, amarga uma recessão de 3%, uma inflação 10%, uma taxa de desemprego de 9%, a desvalorização de mais de 50% da sua moeda frente ao dólar e o fechamento de muitas indústrias, o que gera consequências nefastas para a população que vinha animada com a diminuição da pobreza e a esperança de melhores condições de vida. A situação no Brasil se torna ainda mais dramática uma vez que, de um lado se assiste ao esgotamento da hegemonia política do PT e, por outro lado, não se percebe outra força política ou liderança capaz de promover “a fusão de um inteiro grupo social sob uma única direção considerada capaz de resolver um problema dominante existencial e afastar um perigo mortal” (Q 13, §23, p.1604). Assim, enquanto na população se alastra a descrença na política e a decepção em relação aos partidos, “*o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados*” (Q 3, §34, p. 311). Uma situação tanto mais perigosa, anota Gramsci no Caderno 4 (Texto A de 1930), porque “se difunde em todos os partidos, em todas as classes e não ocorre, de forma muito acelerada, a passagem dos contingentes de um ou vários partidos para um partido que sintetiza melhor os interesses gerais” (Q 4, §69, p.513)

Poucos anos depois, na segunda redação registrada no Q especial 13, §23 (Texto C de 1932-1934), como se estivesse descrevendo a situação em curso no Brasil, Gramsci anota “Em um determinado momento de sua vida histórica, os grupos sociais se desligam dos seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com aquela forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, os representam e os dirigem não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata se torna delicada e perigosa, porque o campo se abre às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos [...] O processo é diferente em cada país,

⁶ Coutinho, C.N., *Contra a corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo, São Paulo, Cortez Editora, 2000, p. 116.

embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente [...]” incapaz de responder às expectativas das massas populares que “apresentam reivindicações que no seu conjunto desorganizado constituem uma revolução” (pp. 1602-1603).

A desagregação de um partido que catalisou a renovação do país e aglutinou grande parte dos movimentos populares nessas últimas décadas, juntamente com o desconcerto que toma conta também de muitas organizações sindicais associadas na aliada Central Única dos Trabalhadores (CUT), vem sendo habilidosamente aproveitada pelas forças conservadoras para desencadear uma nova ofensiva do capital, para ampliar o regime de precarização e aprofundar a terceirização e os cortes nos serviços públicos. Desta forma, se na década passada, no refluxo das políticas neoliberais na América Latina, o PT resultou útil aos interesses da burguesia para controlar a onda crescente das mobilizações populares, agora, a crise econômica que o fragiliza se torna o melhor pretexto para se livrar de um partido cuja organização e continuidade, mesmo com suas ambiguidades, representa uma ameaça e um estorvo à livre ação do poder econômico e ao avanço da onda reacionária no Brasil e na América Latina. Neste processo muito delicado e imprevisível “A crise cria situações imediatas perigosas, porque os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que dispõe de um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e reconquista o controle que ia lhe escapando com uma rapidez maior do que possa ocorrer nas classes subalternas” (Q 12, §23, p. 1603).

E na verdade, o que vem se passando no Brasil não é propriamente um vazio de poder, como muitos analistas afirmam, até porque o vazio não existe, menos ainda na política. Representantes do capital financeiro, das corporações internacionais e das grandes empresas, as federações das indústrias e do comércio e a mídia empresarial, com poses de catedráticos e salvadores, passaram a ocupar diretamente postos-chaves no governo (Fazenda, Planejamento, Agricultura, Minas e Energias, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, Saúde etc) e a impor um ajuste fiscal voltado a garantir o superávit primário destinado a pagar banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública, a rebaixar salários, a flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a mercantilizar direitos sociais e a instalar o “Estado mínimo”.

Embora em cada país e circunstância histórica os processos sejam diferentes, para compreender melhor o que vem ocorrendo no Brasil podemos encontrar elementos preciosos também nas reflexões de Gramsci sobre o “cesarismo”, um fenômeno que

“expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram em modo catastrófico” (Q 13, §27, 1619) e se anulam reciprocamente, dando lugar a uma situação de “ingovernabilidade” que abre caminho para uma solução “arbitral”, para a intervenção de técnicos e profissionais provenientes de grandes instituições financeiras, especializados em “arrumar a casa”, “isentos” de influências ideológicas, como se fosse possível separar a economia da política. Atualmente, de fato, o projeto desenvolvimentista não tem forças políticas e sociais suficientemente fortes para se sustentar, mas, também as políticas de “ajuste” encontram resistências na sociedade. Esta indefinição na qual “nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer” (Q 13, §23, p. 1604) e a falta de um polo político alternativo favorecem o crescimento de uma peculiar forma de “cesarismo” no Brasil. A necessidade de implementar medidas “urgentes” de austeridade que possam colocar o país “nos eixos”, cria uma situação de “estado de exceção”, deixa mão livre à aprovação de projetos regressivos, paralisa a ação política e coloca a população em penoso estado de espera. Afastando-se “da avaliação feita por Marx no seu célebre *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*”⁷, além dos exemplos clássicos de “cesarismo” que se manifestou nas figuras de César e Napoleão (“cesarismo progressivo”) ou Napoleão III e Bismark (“cesarismo regressivo”), Gramsci observa que no “mundo moderno, com as suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político de partido, o mecanismo do fenômeno cesarista é diferente do que foi até Napoleão III” (Q 9, §133, p. 1195), uma vez que “pode se dar uma solução cesarista também sem um César, sem uma grande personalidade ‘heroica’ e representativa. Também o sistema parlamentar tem oferecido um mecanismo para tais soluções de compromisso [...] Todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até os níveis mais significativos (naturalmente a opinião vulgar acha que os governos de coalizão sejam o mais ‘sólido baluarte’ contra o cesarismo)” (Q 13, §27, p.1620).

E de fato, desde que o PT constituiu um governo de coalizão com as forças conservadoras, acabou criando uma amálgama “entre forças contrastantes que em última análise poderiam se fundir e unificar, ainda que depois de um processo penoso e sangrento” (Q 13, §27, p.1622). Mas, este jogo ambíguo que vem ocorrendo entre os partidos aparentemente “contrastantes” não esconde uma realidade mais profunda que preocupa na política brasileira. Devido aos subornos e aos generosos financiamentos de campanha repassados pelas grandes empresas, ao *lobby* de poderosos grupos econômicos e às pressões da mídia monopolizada, os parlamentares assumem

⁷ Liguori, G., “Cesarismo”, in G. Liguori-P. Voza, *Dizionario Gramsciano*, Roma, Carocci, 2009, p. 124.

compromissos com um poder autocrático e antidemocrático que passa por cima da vontade dos eleitores, manipula o Congresso e as instituições públicas, esvazia a democracia e subjuga a soberania nacional dando lugar, assim, a um “cesarismo camuflado” que se consolida em períodos de fragilidade e de destruição recíproca dos grupos políticos em conflito. Gramsci acrescenta que a atividade deste “moderno cesarismo” não precisa recorrer ao exército ou à força bruta, uma vez que “Os funcionários dos partidos e dos sindicatos econômicos podem ser corrompidos ou aterrorizados, sem necessidade de ação militar em grande estilo, tipo César ou 18 de Brumário” (p.1620). De fato, valendo-se de poderosos meios de persuasão e de um sofisticado arsenal tecnológico, observa Gramsci, “o cesarismo moderno mais do que militar é policialesco” (p. 1622), entendendo “a polícia em sentido amplo”, ou seja, “não apenas do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas, do conjunto das forças organizadas pelo Estado e os privados para tutelar o domínio político e econômico da classe dirigente” (p. 1620). A estratégia deste “cesarismo moderno”, feita de complôs e espionagem, de boicotes e embargo, de chantagens econômicas e fuga dos investidores, de campanhas de difamação e de criminalização do “inimigo”, é a modalidade mais utilizada no nosso tempo para desativar o potencial socializador e democrático dos movimentos populares, para desestabilizar governos “não confiáveis” e para preparar o terreno à invasão e à destruição de inteiros países⁸.

Como se sabe, na história do Brasil, salvo breves parênteses de períodos democráticos, o poder conduzido “de fora e pelo alto” tem sido a constante. É em continuidade com essa tradição que, hoje, se impõe, soberano, o sistema financeiro, a selvageria do mercado e o monopólio da mídia que conduzem de forma “cesarista” os destinos do país. Embora não apareça diretamente, este poder inquestionável estabelece preços, juros e valor da moeda, determina o tipo de produção, de comércio, de urbanização, de serviços e benefícios sociais, desmata e concentra imensas extensões de terras, escoia livremente divisas fora do país, suborna políticos, mata impunemente índios, negros e pobres das favelas, monta um poderoso aparelho ideológico, instala uma extensa rede de escolas e universidades particulares, favorece a disseminação de igrejas narcotizantes e a difusão de uma cultura estúpida e vazia.

Quem acha esse retrato um exagero, ignora que na composição do Congresso Nacional predominam os latifundiários, os grandes empresários, os evangélicos e “a

⁸ Losurdo, D., *La sinistra assente*. Crisi, società dello spettacolo, guerra. Roma, Carocci, 2014, pp.71-76.

bancada da bala”. Um quadro que leva o experiente deputado federal Ivan Valente a afirmar que “O que nós temos lá [no Legislativo] hoje é um aparato, que eu diria assim, quase mafioso”⁹. Blindada no longínquo Planalto central, à semelhança dos escritórios econômicos e empresariais em seus modernos castelos, a ilha dos “representantes do povo” se tornou uma espécie de espetáculo “big brother”, distante da realidade nacional, impermeável aos protestos e às greves, refratária à transparência, ao debate e à consulta popular¹⁰. Para se manter no governo a qualquer custo, o PT teve que se ajustar e fazer grandes concessões a esse sistema, criando programas que misturam assistência social com neoliberalismo, levando-o a se afastar progressivamente das aspirações populares e da criação de um novo projeto de sociedade. Seguindo o caminho dos partidos permeáveis e reformistas de centro-esquerda da Europa que tentam sobreviver administrando docilmente o capitalismo, o PT foi abandonado suas bandeiras de origem. Não se deu conta que enfrentar as insidiosas formas de cesarismo com as quais o capitalismo se reveste no mundo atual é bem diferente das ações de resistência à ditadura militar. A forma hodierna de dominação, que se gesta particularmente nos meandros impenetráveis do sistema financeiro e nos encantos da mídia, é mais sutil e sedutora e, ao mesmo tempo, altamente corrosiva e totalizante. A escalada deste “cesarismo soft”¹¹, de fato, ocorre não só na esfera econômica, no aparelho do Estado e nos meios de comunicação, mas avança também na privatização dos serviços públicos, na anestesia das consciências e chega até roubar a cena dos próprios movimentos populares ao mobilizar significativos grupos sociais nas ruas. É o que vem acontecendo, por exemplo, com o movimento “Vem para a rua”, com o “Estudantes pela Liberdade” (EPL-fundado em 2012 e inspirado no “Students for Liberty” dos Estados Unidos), que deu lugar ao “Movimento Brasil Livre” (MBL), organizações financiados pelos Koch Brothers e a ATLAS Economic Research Foundation, orientadas a formar jovens latino-americanos para combater governos de “esquerda” e defender velhas bandeiras com novas linguagens¹². Como Marx havia observado, o capitalismo não se concentra apenas nas estruturas econômicas, mas determina também o modelo das relações sociais, o processo de produção da subjetividade e a difusão do senso comum, uma vez que “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos

⁹ Valente, I., “Sem luta não tem conquista”, Entrevista in *Caros Amigos*, São Paulo, nº 222, 2015, p. 21.

¹⁰ O fenômeno da “decomposição do parlamentarismo” (Q 4, §22, 442), um dos sintomas da crise nos anos que antecedem o fascismo, é abordado por Gramsci em diversos artigos pré-carcerários.

¹¹ Losurdo, D., *Democracia o bonapartismo*. Trionfo e decadenza del suffragio universale, Torino, Bollati Boringhieri, 1993, p. 284.

¹² Ver *Brasil de Fato*, 12 a 18 de março de 2015 (p. 5) e 2 a 8 de julho de 2015 (pp. 4-5).

meios de produção intelectual”¹³. Entende-se, portanto, a insistência de Gramsci para realizar “um estudo de como é organizada de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada a manter, a defender e desenvolver o ‘front’ teórico e ideológico (Q 3, §49, p.332-3). Uma necessidade tanto mais urgente em um país como o Brasil, onde o imponente poderio de jornais, revistas, redes de televisão, igrejas, escolas e organizações da sociedade civil nas mãos da classe dominante e de capital internacional torna este domínio, praticamente, absoluto.

3. As novas possibilidades para as forças populares

Passados 30 anos do fim da ditadura, o Brasil enfrenta, hoje, uma das crises mais cruciais na sua curta história democrática. O que aparece na mídia e no senso comum é o apelo a “valores éticos” e a necessidade de uma redentora limpeza “lava-jato” para vencer o “câncer” da corrupção. Uma operação louvável, sem dúvida, que, finalmente, atinge alguns expoentes das altas esferas e mostra certa solidez das instituições investigativas e judiciárias. Mas, por trás dessa narrativa, o que realmente está no centro da crise é o impasse entre projetos ineficazes e obsoletos de sociedade e a inexistência de novas forças políticas para formar um “bloco histórico” capaz de galvanizar o país em torno de “uma vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico” (Q 13, §1, 1559). Tanto o desenvolvimentismo populista quanto o cesarismo regressivo dos grupos econômicos são incapazes de promover a expansão da democracia e responder às crescentes “necessidades históricas” das massas populares. Se o primeiro projeto se ilude em reduzir a miséria sem romper com o capitalismo e os mecanismos da desigualdade, o outro reedita velhas fórmulas que levam ao retrocesso e à exclusão. Enquanto se consomem imensas energias na fogueira da “pequena política” e de partidos carcomidos, a crise expõe a fratura de um país que continua econômica, social e politicamente dividido, rachado entre o “panelaço” das classes médias/altas que se sentem ameaçadas em seus ganhos e privilégios e o temor das classes C e D angustiadas ao ver esvanecer as perspectivas de melhores condições de vida. Embora seja inegável que o governo do PT tenha propiciado alguns benefícios para essas classes mais baixas, o quadro de um país subdesenvolvido e desigual não se alterou substancialmente. A permanência do PT no poder levou muitos a pensar que as mudanças iriam ocorrer

¹³ Marx, K.,-Engels, F., *A ideologia alemã*, São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 48.

natural e gradativamente, uma crença ingênua que arrefeceu a combatividade das organizações populares e deixou o campo mais livre para a crescente expansão de potências privadas, da aristocracia financeira, das transnacionais, dos cartéis, de um tremendo poder paralelo que foi se ramificando sem nenhum obstáculo em todos os setores. Assim, enquanto o bonapartismo paternalista do “lulismo paz e amor” favorecia o desarme político e uma convivência “pacífica” entre as classes, o “cesarismo” sem escrúpulo do grande capital encontrou terreno fértil para se reorganizar e fortalecer. Em nenhum período da história do Brasil o lucro dos bancos e dos rentistas foi tão vertiginoso e vieram a prosperar tão prodigiosamente o império da mídia e dos negócios privados, enquanto “o fenômeno do transformismo” introduzido pelo “lulismo” produzia “escassez de homens de Estado, de governo, miséria da vida parlamentar [...] miséria da vida cultural [...] As universidades, todas as instituições que elaboravam as capacidades intelectuais e técnicas, não permeadas pela vida dos partidos, pelo realismo vivente da vida nacional, formavam quadros nacionais apolíticos, com formação mental puramente retórica, não nacional” (Q 3, §119, pp.387-388).

Além de revelar quanto é ilusório construir dentro do capitalismo um governo no qual todos saem ganhando, a crise vigente está mostrando que o antagonismo entre as classes “é insanável historicamente e antes se aprofunda especialmente com o advento de formas cesáreas” (Q 13, §27, pp. 1619-22). Estas, deixam claro quem é “o soberano que decide sobre o estado de exceção”¹⁴ e que “Em uma sociedade capitalista não se governa sem os empresários. Eles têm direito de veto sobre o país”¹⁵. Nessas condições, portanto, não há possibilidade de levar a democracia para além de “certos limites” porque, na prática, os verdadeiros poderes agem à revelia dela e anulam a soberania popular¹⁶.

Como sugere a própria etimologia da palavra, crise significa discernimento, escolha, decisão a serem tomadas diante de impasses e encruzilhadas. No período crucial que o Brasil está vivendo, a habilidade em discernir e se reorganizar pode abrir caminhos tanto para impulsionar forças reacionárias, como para desenvolver movimentos sociais e políticos capazes de romper com o sistema vigente e criar uma

¹⁴ Schmitt, C., *Le categorie del 'politico'*. Saggi di teoria politica, G.Miglio - P.Schiera (orgs), Bologna, Il Mulino, 1972, p. 33. O conceito de “estado de exceção” é amplamente retomado e atualizado, entre outros autores, também por G. Agamben. Cf., particularmente, o seu livro *Stato di eccezione*. Homo sacer II, Torino, Bollati Boringhieri, 2003.

¹⁵ Bresser-Pereira, L.C., “‘Uma coisa irracional’, diz Bresser sobre o antipetismo”. Disponível em: <http://brasileiros.com.br> 17/2014/11.

¹⁶ Semeraro, G., “La unidad latino-americana por la democracia popular”. In: Villavicencio, S. (org.). *La unión latino-americana: diversidad y política*. Buenos Aires, CLACSO, 2014, p. 195-210.

ocasião “favorável para uma expansão inaudita do materialismo histórico” (Q 3, §34, 311). Para Gramsci, de fato, “a crise é lugar das ambivalências. De instabilidade, de conflitos e de mais ou menos poderosas dinâmicas progressivas”¹⁷. E, mesmo em situações de impasse e grave perigo, observa que “no movimento histórico nunca se volta para trás e não existem restaurações ‘in toto’” (Q 13, §26, p. 1619), pois, a história “permanece dialética” (Q 15, §62, p.1827) e “apesar de todas as aparências” seu campo resta aberto à atuação dos grupos que sabem agir politicamente e conseguem se organizar para disputar a hegemonia.

Desta forma, se depois da ditadura militar o maior objetivo foi estabelecer o Estado democrático de direito, garantir as liberdades civis e políticas, agora, em tempos até mais adversos (pelo clima reinante de distopia, de decepção e desorientação), para não colocar a perder essas conquistas, se faz necessária não apenas a “limpeza seletiva” conduzida pelo judiciário, mas, acima de tudo, a insurgência e o protagonismo de novas e mais vigorosas organizações políticas populares capazes de levar adiante o processo da democratização e avançar, principalmente, no terreno da socialização do poder político e econômico e na criação de um Estado nacional de caráter popular. Neste audacioso e mais elevado empreendimento político, conscientes de que a liberdade que torna possível a democracia é a mesma que a ameaça constantemente, será preciso aprender cada vez mais a travar embates em uma sociedade caracterizada por complexas “relações de forças” (Q 13, §17) em “assédio recíproco”, por sofisticados instrumentos ideológicos que apresentam uma “concentração inaudita de hegemonia”. Tratando-se não de uma crise conjuntural, mas de uma “crise orgânica” e global de longa duração que “não pode ser superada que construindo uma nova estrutura” (Q 14, §57, p.1716), o combate hegemônico só será possível com fortes organizações de sujeitos coletivos populares, preparados para “uma guerra de posição” ampla e capilar, “intensa, difícil, para a qual são demandadas qualidades excepcionais de paciência e de espírito criativo” (Q 6, §138, p.802), em condições de criar uma insubstituível e permanente educação para o autogoverno, sem o qual “nascerá sempre uma forma qualquer de bonapartismo” (Q 1, §158, 139).

¹⁷ Burgio, A., *Per Gramsci. Crisi e potenza del moderno*, Roma, DeriveApprodi, 2007, p. 44.